



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 42051 - PI (2021/0219106-3)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECLAMANTE : GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE
ADVOGADOS : GABRIEL ALBANESE DINIZ DE ARAÚJO - DF020334
VANESSA MEIRELES RODRIGUES SOARES - DF019541
EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE - DF024923
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO
PIAUÍ
INTERES. : OSVALDO PEREIRA DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de reclamação ajuizada por GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE, com pedido de liminar, contra acórdão de TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO PIAUÍ em que se alega divergência de entendimento com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

O art. 1º da Resolução STJ/GP n. 3 de 7 de abril de 2016 dispõe que é da competência dos tribunais de justiça estaduais o processamento e julgamento das reclamações “destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes”.

Ante o exposto, considerando que a reclamação foi ajuizada após a vigência da citada resolução, remetam-se os autos ao TJPI .

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente